

RELATÓRIO DA PLENÁRIA NACIONAL DA FENASPS



Data: domingo, 8 de julho de 2018

Local: sala 10 do Hotel Nacional,
em Brasília

Total de participantes: delegados
(as) e Observadores (as): **146**

Estados: CE – ES – GO/TO
– MG – PR – RJ – RN – RS
– SC – SP e oposições
sindicais da BA e do DF



Pauta: 1. Informes: a) Audiências: DGP-INSS e Ministério do Planejamento; b) Audiência Pública na Câmara sobre Avaliação Biopsicossocial do INSS; c) Audiência Pública no Senado Federal da CDH para discutir "A Seguridade Social nos trinta anos da Constituição Federal"; d) Reuniões da Mesa do SUS; e) Geap, Capesaúde e Fundação Viva de Previdência/Pecúlio; f) Atividades e Campanha salarial dos SPF. 2) 2. Avaliação de Conjuntura e Plano de Luta: Mobilização Nacional do Seguro Social, Seguridade Social e Anvisa. 3) Resoluções Encontros Setoriais. 4) Assuntos Gerais.

1. ANÁLISE DE CONJUNTURA

O contexto atual demonstra um dos ataques mais agressivos desferido pelo capital à classe trabalhadora com acelerado desmonte dos serviços e congelamento do orçamento público, ou seja, uma desconstrução geral do Estado democrático de direitos.

Nesse cenário, o conjunto dos (as) trabalhadores (as) delegados (as) e observadores (as) presentes na plenária nacional da FENASPS deliberou por diversas resoluções na defesa das políticas e serviços públicos, melhores condições de trabalho e contra a terceirização, privatização, precarização e superexploração do trabalho e redução do Estado.

Os serviços públicos vivenciam alterações drásticas nos processos de trabalho com a implantação de novas tecnologias, sem discussão com as diversas categorias dos (as) servidores (as) e que impactam na sua saúde, bem como dificulta o acesso da população usuária a estes direitos fundamentais.



Nesse viés, além na necessidade de discutir de forma aprofundada tais mudanças, e extremamente importante debater a reestruturação da carreira dos servidores do seguro, seguridade social e ANVISA. **A plenária aprova a realização de seminários Estaduais e Nacional para discussão das alterações dos processos de trabalho e a reestruturação da carreira dos (as) servidores (as).**

A Plenária reafirma ainda a necessidade de se manter a unidade dos (as) trabalhadores (as) na luta e resistência para o enfrentamento do massacre que está sendo implantado no país e se preparar para expressiva mobilização que se faz necessária. Nesse sentido, a plenária aprova **paralisação de 24 horas da base da FENASPS no dia 9 de agosto de 2018 e discussão nas assembleias estaduais de greve por tempo indeterminado a partir de 5 de setembro/2018.**

2. RESOLUÇÕES GERAIS DA PLENÁRIA E DOS ENCONTROS SETORIAIS (SEGURO, SEGURIDADE SOCIAL E ANVISA), REALIZADOS DIA 07 DE JULHO, APROVADAS NA PLENÁRIA

1. Construir o Dia Nacional de Luta em 10 de agosto de 2018, convocado pelas centrais sindicais e servidores Federais contra o Desmonte do Estado e a Reforma da Previdência;
2. A Plenária Nacional aprova a realização, nos dias 24 e 25 de agosto, de Seminário Nacional para discussão da Reestruturação da Carreira e as transformações nos processos de trabalho com a implantação das novas tecnologias do Seguro Social, da Saúde, do Trabalho e Anvisa, bem como de Plenária Nacional no dia 26 de agosto de 2018. Nesse sentido a FENASPS orienta os estados a realizarem seminários estaduais com esse tema para subsidiar o Seminário Nacional; (*Será encaminhado aos sindicatos material sobre a Carreira para subsidiar os debates estaduais*);
3. Manter a mobilização dos (as) trabalhadores (as) do Seguro e Seguridade Social, Anvisa, MTb e preparar a luta contra os ataques às conquistas dos (as) trabalhadores (as);
4. Denunciar junto ao Ministério Público Federal/Procuradoria Geral da República o desmonte do INSS, Seguridade Social, ANVISA e MTb;
5. Que a Fenasps convoque um fórum ampliado com outras entidades de luta (Centrais, Sindicatos, Movimentos Sociais, Conselhos de Classe, etc.) e denuncie que a reforma da Previdência continua sendo implementada internamente na Autarquia, mostrando as consequências sociais dos novos modelos de atendimento e políticas em curso - INSS Digital, Meu INSS, Acordos de Cooperação Técnica (ACTs), etc;
6. Que a luta e a mobilização considerem a pauta por concurso público como prioridade, tendo em vista a urgente necessidade de reposição de servidores, realizando concurso público imediato para garantir a manutenção do atendimento presencial da população no INSS, em paralelo aos canais remotos de atendimento, bem como contrate os servidores aprovados no último concurso (que tem prazo de expiração em 05/08/2018);
7. Que a FENASPS formule propostas e diretrizes gerais acerca das políticas da Seguridade Social de caráter público e universal, ressaltando a necessidade da retirada de todos os projetos de Lei e Emendas que cortam direitos dos (as) trabalhadores (as), exigindo a revogação dos já implementados e encaminhando para apreciação e posicionamento dos candidatos ao pleito eleitoral de 2018;
8. Construir um calendário de mobilização que pressione o governo a dar resposta emergencial à pauta de reivindicações e denúncias, bem como ao cumprimento dos acordos de greve;
9. Organizar e preparar a luta "intransigente" com o conjunto das entidades do Serviço Público de todas as esferas de governo, contra todo o projeto de lei contrário ao servidor e as políticas públicas por ele executadas;
10. Mobilização junto às demais categorias de trabalhadores (as) nos meses de julho, agosto e setembro com grandes manifestações em todo o país;

11. Apoiar a apresentação de projeto (por meio de emenda) para inclusão dos (as) servidores (as) administrativos dos ministérios do Trabalho, da Saúde, da Anvisa e do INSS, para terem direito a receberem a Gratificação de Fronteira, que já está sendo concedida às carreiras de Estado;
12. Formular cartilha ou material que explique à população o que vem ocorrendo no INSS de forma a angariar apoio popular à nossa pauta e à defesa da Seguridade Social como conjunto de direitos e políticas públicas essenciais;



Fotos acima e abaixo do Encontro dos trabalhadores do Seguro Social, em 7 de julho



13. Integrar e fortalecer o Fórum Estadual dos (as) servidores (as) federais contra a Emenda Constitucional (EC) nº 95, lutar pela data-base, organizar Seminário sobre planos de Saúde e resistência à reforma administrativa na estrutura das carreiras;
14. Fortalecer os Fóruns Estaduais e Nacional dos Servidores Federais;
15. Campanha, com Carta Aberta à população, contra o fechamento de unidades do Seguro, Seguridade Social e Anvisa, e expulsão dos trabalhadores;
16. Orientar as assessorias jurídicas nos sindicatos estaduais a ingressarem com ações individuais ou coletivas por Assédio Moral ou indenização por adoecimento em serviço;
17. Indicar aos sindicatos estaduais a realização de Encontros Estaduais dos (as) trabalhadores (as) com deficiência, no segundo semestre e a realização do Encontro Nacional com a mesma temática pela FENASPS;

18. Indicar à FENASPS que discuta com os demais setores dos (as) servidores (as) públicos federais, a convocação de encontro para debater a Reforma do Sistema Político e indicar aos demais estados a convocação de Encontros Estaduais sobre o mesmo tema e também, fazer a discussão sobre a necessidade de se buscar reformas institucionais para o Brasil;
19. Reajuste salarial, com aplicação do índice de 25,63% (DIEESE);
20. Participação no custeio de saúde (*per capita*) no valor de 50% do plano de saúde;
21. Isonomia, entre os três poderes, na correção dos valores do auxílio-refeição e do auxílio-creche;
22. Devolução dos descontos de todas as greves e os dias de paralisação e tratamento isonômico em relação à greve dos médicos peritos de 2015;
23. Adicional de Qualificação (AQ) e a construção de uma carreira que de fato prestigie o trabalho dos (as) servidores (as) na medida de sua complexidade e função social;
24. Devolução dos valores descontados da Greve de 2009, conforme acordo de greve;
25. Melhoria das condições de trabalho e reposição da falta dos servidores;
26. Que os estados realizem campanha, junto aos parlamentares, para garantir na LDO de 2019 as políticas públicas e o reajuste salarial 2019, para os servidores públicos federais;
27. Que os sindicatos estaduais que tiverem problemas de remoção de servidor do seu local de trabalho, à revelia do mesmo, remetam à FENASPS para que ela busque denunciar na Mesa Setorial de negociação;
28. Solicitar à assessoria jurídica da Fenasps análise da Portaria 193/2018, a fim de balizar a ação da categoria;
29. Que a Fenasps oriente os sindicatos estaduais a realizar campanha de apoio ao PLS 228, que trata da data-base dos servidores públicos federais;
30. Intensificar na base da Fenasps todas as formas de ação e mobilização (coleta de assinaturas, por meio de abaixo-assinado, atos, envio de e-mails para os parlamentares e presidenciáveis), contra a Emenda Constitucional (EC) nº 95, que congela gastos públicos por 20 anos. Encaminhar os abaixo-assinados para a Fenasps para serem remetidos à MNNP-MS;
31. Reafirmar a necessidade de realização de concurso Público, urgente, na base do Seguro, Seguridade Social e Anvisa;
32. Que a Fenasps continue a campanha nacional em defesa da GEAP e Capesaúde;
33. Reiterar campanha sobre a *per capita* no Ministério do Planejamento, exigindo 50% de custeio patronal para GEAP e Capesaúde;

34. Indicar à FENASPS que negocie com o governo o pagamento da *per capita* dos planos de saúde independente do servidor ser titular;
35. Que a Fenasps oriente os sindicatos a enviarem militantes para Brasília, no dia 12 de setembro/18, quando deverá acontecer a posse do novo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e a possível votação da legislação que trata da data-base;
36. Que a Fenasps oriente os sindicatos estaduais realizar ampla campanha contra o assédio moral na base da Anvisa, do Seguro e da Seguridade Social;
37. Que a Fenasps realize Seminário Nacional sobre Saúde do Trabalhador/assédio moral;
38. Manter a Luta em defesa das 30h para todos, sem redução salarial;
39. Cobrar do Ministério do Planejamento a publicação da portaria do Comitê Gestor da Carreira da Seguridade Social e Trabalho;



Fotos acima e abaixo do Encontro dos trabalhadores do Seguridade Social, em 7 de julho



40. Que a Fenasps organize caravanas a Brasília com aposentados, pensionistas, ativos e demais entidades do Serviço Público para forçar as negociações no Ministério do Planejamento;
41. Manter a mobilização dos trabalhadores do Seguro e Seguridade Social preparando a luta contra os ataques às conquistas dos trabalhadores;
42. Exigir do governo a não interferência na governança e administração da GEAP;
43. Denunciar os contratos com indícios de fraude ou superfaturados da GEAP;
44. Que a Fenasps oriente os estados a realizarem atividades em conjunto com outras entidades e movimentos sociais contra o desmonte do estado e do serviço público;
45. Orientar os sindicatos estaduais em realizar Encontros Estaduais, até outubro de 2018, antecedendo o Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas (ENAPEN/FENASPS);
46. A Fenasps indica a realização de visitas de dirigentes e representantes sindicais nos locais de trabalho, nos Estados, para o resgate do diálogo com os filiados e o conjunto dos trabalhadores;
47. Que seja denunciada a manipulação das informações acerca do represamento de processos, uma vez que com o novo sistema GET os processos são apenas digitalizados não sendo contabilizados enquanto não forem protocolados nos sistemas corporativos gerando uma massa de processos que não aparecem nos dados oficiais de represamento de benefícios do Governo;
48. Denunciar aos órgãos de controle externo e à Organização Internacional do Trabalho (OIT) o que vem ocorrendo com o (a) trabalhador (a) brasileiro (a) no atendimento das suas demandas junto ao INSS, a política de exclusão e descaso com os seus direitos;
49. Realizar reunião com os servidores do INSS cedidos à Receita Federal e à Advocacia-Geral da União (AGU) para encaminhar as lutas específicas;
50. Propor a suspensão e rediscussão da Portaria 49/SRV, que estabelece metas individuais de produtividade, e realizar debate com os (as) trabalhadores (as) em todo o país sobre os impactos das alterações nos processos de trabalho na vida profissional da categoria;
51. Exigir relatório trimestral, previsto na Portaria Interministerial MF/MP/MDS 09 de 13/01/2017, que regula o pagamento e a produtividade do BILD e produzir relatório demonstrando o índice de benefícios cessados que têm reativação por recurso, revisão ou judicialmente;
52. Elaborar estudo técnico na forma de mensuração e cálculo implementados nas concessões efetuadas por reconhecimento automático de direitos dos benefícios previdenciários para avaliar e denunciar a restrição do acesso aos direitos dos (as) trabalhadores (as);
53. Reafirmar que somos contrários a toda e qualquer orientação, norma ou política que limite o acesso do cidadão à informação e ao atendimento de seu direito, com a revogação imediata da IN 96/2018;

54. Denunciar que a população em condições precárias de moradia ou habitação (rural, sem acesso aos correios, ribeirinhos, dentre outros) não tem recebido os resultados de suas perícias ou demais benefícios pelo correio e, portanto, vem sistematicamente perdendo os prazos e a garantia de seus direitos;
55. Que seja imediatamente restabelecido o Ministério da Previdência Social, de modo que o planejamento, a operacionalização e o financiamento da política de Previdência estejam sincronizados;
56. Por um Conselho da Previdência Social deliberativo que garanta ampla participação popular, de modo que os rumos da política estejam sob o controle dos (as) trabalhadores (as) brasileiros (as);
57. Fortalecer os servidores quanto à luta e aos desafios, diante das alterações administrativas no INSS, por meio de reuniões e encontros regionalizados descentralizados promovidos pelos Sindicatos Estaduais;
58. Chamar as entidades de classe (sindicatos, federações) da base dos (as) trabalhadores (as) terceirizados (as) que trabalham nas unidades da Previdência Social, a fim de orientar seus sindicalizados a não exercerem funções que não fazem parte de suas atribuições;
59. Construção de dossiê pelos Sindicatos Estaduais e encaminhamento ao Jurídico da FENASPS, para denúncia ao Ministério Público e Defensoria Pública da União sobre o desmonte do INSS e retirada de direitos da população;
60. Seminário com o conjunto dos movimentos sociais e sindical para discutir o desmonte do INSS e unidade na luta pela defesa da Previdência Social Pública;
61. Que a FENASPS construa, por meio da Secretaria de Saúde do Trabalhador, um projeto de diagnóstico sobre os processos de trabalho no INSS e demais órgãos de sua base que impactam no adoecimento físico e mental dos (as) trabalhadores (as), avaliando os projetos já em curso no Governo;
62. Que o WhatsApp e outros aplicativos de mensagens não sejam utilizados como instrumento de trabalho. Realizar ampla campanha dos Estados orientando a só seguirem orientações legais e de trabalho quando enviados pelo canais e instrumentos oficiais dos órgãos (memorando, portarias, IN's, etc).
63. Que sejam definidas estratégias de luta para a viabilidade de permanência de usuários (as), em especial os (as) mais antigos (as) no plano de saúde GEAP, bem como por melhorias na gestão do plano, com formação de fórum específico para definição de tais estratégias;
64. Reestruturar o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) em todas as gerências do INSS no país, e em demais órgãos, possibilitando aos servidores (as) a realização de suas perícias médicas e acompanhamento no local mais próximo de sua residência, e em caso de deslocamento, que haja ressarcimento das despesas;
65. Solucionar definitivamente o funcionamento das APS's PEX que já sofrem com número reduzido de servidores (as), com uma demanda elevada de trabalho, que estão fora do REAT, sendo que pela falta de servidores (as) será inviável operar no INSS Digital. Dessa forma, solicitamos atendimento imediato das reivindicações já protocoladas;

66. Realizar Encontros Estaduais sobre Reabilitação Profissional que precedam o Encontro Nacional sobre Reabilitação Profissional da Fenasps para o segundo semestre de 2018; viabilizando a incorporação dos membros da Comissão Nacional dos profissionais de Reabilitação Profissional, e/ou representações de base legitimadas em seus fóruns;
67. Realizar reunião da Comissão Nacional da Reabilitação Profissional para organização dos encontros estaduais e o nacional da Reabilitação Profissional;
68. Defesa da Previdência pública e do INSS como autarquia especial, de caráter estratégico para a sociedade;
69. Retorno da receita previdenciária para o INSS;
70. Ligação para o 135 gratuita, mesmo de celular, a fim de garantir a acessibilidade a toda a população;
71. Solução aos problemas relacionados aos serviços previdenciários Serviço Social e Reabilitação Profissional;
72. Expansão do REAT;
73. Necessidade de alinhar fluxos e processos de trabalho para melhoria da qualidade de atendimento, com a valorização dos (as) servidores (as), bem como o retorno do valor das gratificações das chefias técnicas nas Agências da Previdência Social;
74. Moção de repúdio contra o desvio de função dos assistentes sociais do INSS;
75. Que a FENASPS oriente os sindicatos estaduais a agendarem reuniões com os gestores dos Núcleos Estaduais do Ministério da Saúde (NEMS), para discutir as demandas locais. Caso seja necessário, convidar um representante da Fenasps na Mesa Setorial para contribuir na resolução do problema até o término do período eleitoral;
76. Que a Fenasps oriente os sindicatos estaduais a utilizar a Portaria de cedência nº243/2015, a fim de auxiliar nos conflitos das relações de trabalho dos servidores cedidos;
77. Buscar alterar a legislação do pagamento do adicional de insalubridade, de 10% para 20%, para os trabalhadores cedidos ao SUS (médicos, enfermeiros, auxiliares de enfermagem, psicólogos etc) nos ambulatórios do Centro de Referência de Doenças Infectocontagiosas (DST/AIDS, hepatites virais, tuberculose, hanseníase etc). Que seja garantido percentual máximo, isto é, 20%, para atividades insalubres;
78. Que a Fenasps proponha às demais entidades do Fonasefe/Fonacate um debate sobre o SUS;
79. Encaminhar para a Mesa Setorial de Negociação Permanente do Ministério da Saúde (MSNP/MS) a possibilidade de os servidores cedidos aos estados e municípios optarem, com base na Portaria 243/2015, pela sua lotação em órgãos federais com funções correlatas;

80. Que a Fenasps continue a Luta para que nenhum servidor seja prejudicado por conta do sistema de ponto eletrônico que não funciona;
81. Orientar os sindicatos estaduais a participarem das conferências municipais, estaduais e Nacional de Saúde;
82. Ratificar a importância de os sindicatos estaduais participarem dos fóruns em defesa da saúde pública;
83. Reforçar a orientação aos sindicatos estaduais de localizar os trabalhadores aposentados abrangidos pela Lei 13.324/2016, indicando que assinem o termo de opção pela integralização da GDPST. Prazo final para opção: outubro de 2018;
84. Atualizar o dossiê sobre as condições de trabalho das unidades do Ministério da Saúde;
85. Que a Fenasps oriente os estados a realizar o levantamento dos servidores cedidos e a sua atual situação. Aprovar na Mesa Setorial e nas mesas locais do Ministério da Saúde um formulário com objetivo de localizar os servidores cedidos para os municípios;
86. Participar ativamente na Campanha Nacional contra os Agrotóxicos, explicando aos trabalhadores quais os danos à sua saúde;
87. Enviar Moção de Repúdio à Comissão do Congresso que aprovou Projeto de Lei aumentando o uso de agrotóxicos nas lavouras, bem como aos demais Deputados da Câmara, exigindo o arquivamento deste PL;
88. Viabilizar agendas proativas com gestores locais e nacionais da Anvisa e Ministério da Saúde para a retomada do encaminhamento da Plenária da Fenasps para a cedência de servidores do Ministério da Saúde para a área de portos, aeroportos e fronteiras da Anvisa nos Estados (urgente e imediato), por meio de cedência e com anuência dos servidores interessados;
89. Seguir nas articulações junto ao Ministério do Planejamento para a cobrança de novos concursos, já que a instituição não se envolve na questão;
90. Elaboração de dossiê para o Ministério Público Federal e/ou entidade de defesa do serviço público sobre atividades que deixam de ser realizadas pela Anvisa, e os consequentes riscos para a saúde pública;
91. Garantir a participação dos membros do Devisa/Fenasps nas atividades (audiências, reuniões etc.) realizadas em Brasília;
92. Que a assessoria jurídica da Fenasps realize análise da Portaria nº 193, de 03/07/2018, que disciplina o instituto da movimentação para compor a força de trabalho;
93. O Devisa/Fenasps propõe à Plenária Nacional (8.7.2018) moção de repúdio contra o PL 6299/2002, que trata do registro, fiscalização e controle dos agrotóxicos no país e que retira na prática, a competência de realizar a reavaliação toxicológica e ambiental desses produtos;

94. Organizar Seminário Nacional entre a base dos servidores da Anvisa e as Entidades Representativas da Categoria para o mês de agosto/18, a fim de discutir e encaminhar o plano de lutas da categoria.

3. PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES DO SEMINÁRIO NACIONAL CONJUNTO (FENASPS-CONDSEF/FENADSEF-CNTSS-SINAIT) DOS (AS) SERVIDORES (AS) DO MINISTÉRIO DO TRABALHO, OCORRIDO NOS DIAS 6 E 7 DE JULHO DE 2018.

1. Posição contrária ao conteúdo da Lei 13.667/2018, por entendê-la como uma forma de terceirização das atividades inerentes ao Ministério do Trabalho (MTb). Dessa forma, exigimos a participação dos servidores efetivos do Ministério do Trabalho, escolhidos pelos próprios servidores do Órgão nos Estados, para participar do processo de regulamentação da Lei 13.667 para barrar o desmonte do ministério;
2. Os (as) servidores (as) dos Estados devem fazer relatório das condições dos locais de trabalho apresentando os problemas dos mesmos para que os relatórios subsidiem a retomada do GTCOT nacional que tem, dentre outras atribuições, de discutir essas questões;
3. Indicativo para organização de encontros estaduais/regionais do MTb até a primeira quinzena de outubro;
4. Que os cargos de superintendente regional do Trabalho devem ser ocupados por servidores efetivos eleitos nos moldes dos eleitos dos reitores das universidades federais;



5. Criação de grupos estaduais (nos moldes do GTCOT nacional) instituídos por portaria do superintendente para discutir as questões das condições de trabalho no MTb em nível estadual;
6. Diante da reformulação dos regimentos internos das SRTEs, gerências e agências, exigimos uma participação efetiva dos servidores neste processo para garantirmos que o órgão não seja esvaziado de suas funções;
7. Elaboração de encontros com os movimentos sociais com o intuito de ouvi-los sobre suas expectativas das reformulações da estrutura do Órgão que estamos propondo;
8. Lutar pelo adicional de fronteira para s servidores administrativos que atuam nas cidades estratégicas nos moldes da Portaria nº 458, de 2017, por meio de ementa à Lei 12.855/2013.

4. CALENDÁRIO:

9 e 10 de julho – atividades nos aeroportos em Brasília e nos estados para pressionar os membros do Congresso a barrar a proibição de aumento dos SPFs (calendário dos SPFs, ratificado no Seminário Unificado do MTb e na Plenária da Fenasps);

11 de julho, quarta-feira – atividades no Congresso Nacional contra a aprovação da LDO 2018 (calendário dos SPFs, ratificado no Seminário Unificado do MTb e na Plenária da Fenasps);

9 de agosto – paralisação na base da Fenasps de 24 horas no dia 9 de agosto de 2018;

10 de agosto – Dia Nacional de Luta em defesa do serviço público (chamado pelas centrais sindicais);

24 e 25 de agosto, sexta e sábado – Seminário Nacional sobre alterações no processo de trabalho e reestruturação de Carreira do Seguro, da Seguridade e da Anvisa;

26 de agosto, domingo – Plenária Nacional da Fenasps;

12 de setembro, quarta-feira – Caravana em Brasília para pressionar os ministros do STF a aprovarem a data-base dos servidores públicos (calendário dos SPFs, ratificado no Seminário Unificado do MTb e na Plenária da Fenasps);

Até 15 de outubro – Realização dos seminários estaduais/regionais dos servidores do MTb, conforme aprovado no Seminário do MTb dias 6 e 7 de julho.

5. MOÇÕES APROVADAS:

Sobre aborto:

As mulheres brasileiras estão se mobilizando pela legalização do aborto, discutindo amplamente o tema como Saúde Pública, já que as trabalhadoras pobres, e sobretudo a mulher negra, são as que mais morrem nas clínicas clandestinas. Os movimentos feministas e os coletivos de mulheres

estão propondo ato público nos estados e em nível nacional no dia 19 de julho pela descriminalização e pela legalização do aborto. Que a Fenasps oriente aos estados um dia de luta neste sentido.

PL dos agrotóxicos:

Contra a aprovação pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados da redação do PL 6299/2002, e conseqüente envio do mesmo ao Plenário daquela casa e, a seguir, ao Senado Federal. Saliendo, que dentre outras resoluções ali inseridas, encontra-se a retirada dos segmentos da Saúde no registro, fiscalização e controle de agrotóxicos no país. Este PL propõe, ainda, que tais produtos não passem por avaliação sobre riscos à saúde.

Sobre servidores cedidos do Ministério da Saúde:

Fortalecer a luta para garantir os postos de trabalho aos servidores cedidos ao SUS, Estados e Municípios, exigindo o cumprimento da lei que garantam a estes trabalhadores as devidas condições de trabalho onde estão sendo lotados.

Moção de apoio aos servidores NGA Maria Zélia 62 – São Paulo

Que seja revertida a situação na qual os servidores cedidos foram colocados e que sejam assegurados os postos de trabalho no NGA Maria Zélia para todos os funcionários públicos lotados neste local. Esses servidores estão lotados no NGA Maria Zélia há mais de trinta (30) anos e não podem ser expulsos deste local de trabalho. Temos que ter em mãos os contextos de cessão destes servidores.

Comissão de aprovados no INSS:

Que a Fenasps realize, em conjunto com os sindicatos, uma agenda de luta (mobilização, paralisação e/ou greve), tendo como uma das pautas emergenciais a nomeação dos aprovados no concurso do INSS que vence em agosto de 2018.

Brasília, 08 de julho de 2018.

Diretoria Colegiada da Fenasps